

# Reforma trabalhista impõe retrocessos

Aprovada em tempo recorde no Congresso e sancionada em apenas dois dias pelo Executivo, a reforma trabalhista impõe o maior retrocesso nos direitos dos trabalhadores desde o Estado Novo, admitindo relações e condições de trabalho que já haviam sido superadas no século 19. Os prejuízos atingem todos os trabalhadores, incluindo os professores do ensino privado.

Feita sob medida para atender aos interesses dos empresários e sem um debate com a sociedade, a reforma enfrenta amplo repúdio dos movimentos sociais, que desde a proposição organizaram protestos em todos os estados e duas greves gerais.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão vinculado à ONU, denunciou que o texto viola pelo menos seis convenções internacionais – a 29, a 87, a 98, a 103, a 105 e a 154 – das quais o Brasil é signatário, ao contemplar itens como a prevalência da negociação individual sobre a coletiva, a precarização dos contratos e a adoção do trabalho intermitente, em que o trabalhador perde o controle sobre sua jornada e também sobre o salário mensal.

Após uma rápida tramitação na Câmara dos Depu-

Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado



*Senadores aprovaram a reforma trabalhista em sessão extraordinária no dia 11 de julho*

tados, o projeto chegou ao Senado em 28 de abril e foi aprovado pelos senadores por 50 votos favoráveis, 26 contrários e uma abstenção. Todos destaques apresentados pelos senadores contrários ao texto foram rejeitados. Com isso, foram mantidos a prevalência do negociado sobre o legislado, o trabalho intermitente e a possibilidade de trabalho das gestantes em locais insalubres. A Lei foi sancionada pelo Executivo no dia 13 de julho.

*Confira nesta edição as principais mudanças e as potenciais consequências para os professores.*

## EDITORIAL

## Resistência à reforma

A reforma trabalhista aprovada no Congresso e imediatamente sancionada por Temer é sem dúvida a maior e mais profunda mudança na legislação trabalhista desde a instituição da CLT em 1943.

Tamanha ofensiva contra os direitos dos trabalhadores certamente atingirá todas as categorias profissionais, entre elas os professores do ensino privado.

Para além da denúncia dos interesses espúrios que ensejaram as mudanças aprovadas, da ilegitimidade do governo que as propôs e do Congresso que as aprovou, inicia agora uma nova fase da luta do movimento sindical, do Sinpro/RS e de todos que têm compromissos com os direitos dos trabalhadores.

Trata-se de um amplo e longo processo de disputa sobre a constitucionalidade dos dispositivos aprovados e de resistência à implementação das mudanças no âmbito das categorias.

O Sinpro/RS, que ativamente esteve na luta contra a aprovação da reforma, está iniciando esta nova eta-

pa na perspectiva da defesa do patrimônio de direitos construído ao longo do tempo pela legislação, pelas convenções e acordos coletivos de trabalho e das práticas consolidadas pelas instituições de ensino.

O pressuposto é o zelo pelos direitos dos professores na vigência e no encerramento dos contratos de trabalho, a representação efetiva do conjunto dos professores e a unidade da categoria.

Nesta nova fase da luta, que se inaugura com a divulgação e o esclarecimento dos efeitos potenciais da reforma no ensino privado e na vida dos professores, são fundamentais o interesse de cada um e a compreensão dos riscos de perda de direitos.

Nos próximos meses, em eventos e reuniões, o Sindicato estará definindo os posicionamentos e reivindicações da categoria para o enfrentamento desta nova etapa em defesa das condições de trabalho dos professores e da qualidade do ensino.

**Direção Colegiada**

# O que muda com a reforma trabalhista?

A reforma trabalhista altera de forma significativa o conteúdo protetivo da CLT ao modificar normas de Direito Individual, Coletivo e Processual do Trabalho. São 117 artigos modificados, os quais, em sua mais absoluta maioria restringem ou flexibilizam direitos históricos.

O conteúdo da nova lei, certamente, será objeto de resistências junto ao Judiciário, o qual, em última análise, deve ser o responsável por decidir sobre a constitucionalidade das normas e as possíveis interpretações acerca do seu conteúdo.

Destacam-se os pontos da lei aprovada com maior potencial de repercussão nos contratos de trabalho dos professores do ensino privado.

## 1. Direito Individual do Trabalho

### a) Livre Negociação entre as Partes (Art. 444)

A inclusão do parágrafo único do artigo 444 da CLT inaugura a lógica de uma **negociação individual** entre trabalhadores e empregadores, com preponderância sobre os instrumentos coletivos, no caso de empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (atualmente, o limite é de R\$ 5.531,31).

Essa inclusão traz ao direito do trabalho a **possibilidade de se estabelecer, através da negociação individual sem a presença do sindicato, um patamar de direitos contratuais inferior ao estabelecido em lei e nas normas coletivas**.

### b) Contrato de Trabalho Intermitente (Art. 443)

A reforma trabalhista prevê uma nova modalidade contratual na qual a prestação de serviços não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de trabalho e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente da atividade do empregado ou do empregador.

Neste contrato de trabalho intermitente **o trabalhador somente percebe a remuneração das horas efetivamente prestadas**, após convocação definida pelo empregador, permanecendo **sem salário nos períodos de inatividade**.

### c) Contrato de Autônomo (Art. 442-B)

Também passa constar na CLT a possibilidade de contratação de trabalhador **autônomo, sem vínculo de emprego**, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não.

Este formato de contrato **afasta o vínculo e todos os direitos inerentes à condição de empregado**, que constem tanto na lei quanto nas normas coletivas.

### d) Quitação Anual (Art. 507-B)

A nova lei faculta a empregados e empregadores, na vigência ou não do contrato de emprego, a **firmar termo de quitação anual de obrigações trabalhis-**

**tas**, perante o sindicato dos empregados da categoria.

Com a assinatura do termo, no qual deverá constar as obrigações cumpridas, **não será mais permitido discutir este objeto na Justiça do Trabalho**.

### e) Rescisões sem a homologação no sindicato (Art. 477)

O § 1º. do art. 477 **obrigava os empregadores a comparecer junto ao sindicato ou perante o Ministério do Trabalho para firmar, junto aos empregados, o recibo ou termo de quitação da rescisão do contrato de trabalho**. Este ato é realizado com a assistência do sindicato que na oportunidade confere os valores rescisórios pagos.

O texto da **reforma revoga esta obrigação deixando o trabalhador desassistido no momento da rescisão de seu contrato de trabalho**.

### f) Teletrabalho (Art. 75-A)

A lei passa a regular **as atividades desenvolvidas na modalidade à distância denominando-as como Teletrabalho**. A principal alteração, contudo, está no art. 62 da CLT **que exclui esses trabalhadores do controle da jornada, passando a não ser mais devido o pagamento de horas extras**.

### g) Férias (Art. 134)

As férias que **originalmente deviam ser gozadas em um só período, poderão ser usufruídas em até três períodos**, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

### h) Extinção Contratual por Acordo (Art. 484-A)

Empregado e empregador poderão **optar pela extinção contratual por comum acordo**, caso em que serão devidos metade do valor do aviso prévio indenizado e da multa de 40% sobre o saldo do FGTS. As demais verbas rescisórias serão pagas na integralidade. O saldo do FGTS poderá ser sacado até o limite de 80%.

A referida inclusão poderá ocasionar **o fim dos despedimentos por iniciativa do empregador que passará a induzir os empregados à realização de acordo**.

### i) Arbitragem (507-A)

Nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (atualmente, o limite é de R\$ 5.531,31), **poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem**, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa.

**Esta cláusula contratual poderá impedir o ajuizamento de Reclamatória Trabalhista na Justiça do Trabalho**.

j) Trabalho da Gestante em Condições Insalubres (394-A)

A CLT vedava o trabalho da empregada gestante ou lactante em operações ou locais insalubres. O texto da reforma autoriza a realização de trabalho nestas condições mediante apresentação de atestado médico.

## 2. Direito Coletivo do Trabalho

a) Negociado Sobre o Legislado (611-A)

A alteração trazida pela reforma trabalhista altera a lógica original de que os Acordos e Convenções Coletivas devem estabelecer direitos e garantias superiores ao patamar estabelecido na lei. Inaugura, portanto, a figura da **prevalência do negociado sobre o legislado mesmo quando o conteúdo da norma coletiva for prejudicial ao trabalhador**. Além disso, limita a atuação do Judiciário que não poderá avaliar o conteúdo do acordo, mas apenas os seus requisitos formais de validade.

b) Ultratividade (Art. 614)

Não será permitido estipular duração de Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo de Trabalho superior a dois anos, também ficando vedada a extensão da vigência das cláusulas para período superior.

Isso significa dizer que **os direitos que constam na norma coletiva perdem sua eficácia no dia posterior ao encerramento da vigência**, e somente serão reestabelecidos quando da conclusão da negociação de nova norma coletiva.

c) Contribuição Sindical (Art. 614)

O desconto da contribuição sindical passa a ser condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional. Esta alteração faz com que a autorização do desconto seja obrigatoriamente aprovada pelos trabalhadores.

**Ao mesmo tempo em que a reforma trabalhista dá à norma coletiva o mesmo status de lei, ela tenta enfraquecer um dos polos da relação negocial**, o que poderá impactar significativamente no equilíbrio de forças necessário para o embate das representações patronal e dos trabalhadores.

d) Hierarquia das Normas Coletivas (Art. 620)

O Direito do Trabalho brasileiro se consolidou com base no **princípio da aplicação de norma mais favorável** quando do conflito de uma ou mais normas a serem aplicadas para o mesmo caso. **Agora, além das normas coletivas valerem mais do que a lei, também se aplica o princípio da especificidade do Acordo Coletivo de Trabalho frente à Convenção**.

Assim, o Acordo Coletivo firmado entre sindicato e empresa terá prevalência sobre a Convenção Coletiva celebrada entre os sindicatos que representam as categorias econômicas e de trabalhadores.

## 3. Direito Processual do Trabalho – Limitação do acesso à Justiça

No que se refere às alterações relativas ao Processo do Trabalho, nota-se que a reforma aprovada tem como objetivo limitar o acesso dos trabalhadores ao Judiciário.

a) Assistência Judiciária Gratuita (Art. 790)

Para obter o direito de litigar na Justiça do Trabalho sem o ônus de pagar custas e honorários, bastava a declaração do trabalhador de sua condição de hipossuficiente. Com a alteração, o **benefício da justiça gratuita será concedido apenas aos que receberem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do RGPS** (o que em 2017 é o valor de R\$ 2.212,52), ou à parte que comprovar insuficiência de recursos para pagamento das custas do processo.

b) Pagamento dos Honorários Periciais (Art. 790-B)

A parte derrotada no objeto de perícia é responsável pelo pagamento dos honorários periciais, ainda que beneficiária da justiça gratuita, o que contraria hoje o entendimento do TST na Súmula 451; os honorários periciais podem ser parcelados, mas o juiz não poderá exigir o adiantamento de valores para a realização de perícias.

Isso significa dizer que **o trabalhador que, por exemplo, solicitar perícia para verificar a insalubridade da atividade desempenhada e não obtiver esse reconhecimento, deverá pagar honorários ao perito que realizou o laudo**.

c) Pagamento dos honorários de advogado (791-A)

Passam a ser devidos honorários de advogado, entre 5% e 15% sobre o valor de liquidação da sentença, sobre o proveito econômico obtido ou sobre o valor atualizado da causa.

Em caso de procedência parcial, o juiz arbitrará responsabilidades para ambas as partes, vedada a compensação entre os honorários. **Significa dizer que em uma ação que se cobra, por exemplo, horas extras e periculosidade, no caso de um dos pedidos não resultar procedente, o trabalhador deverá pagar honorários para o advogado da empresa**.

d) Atualização dos Débitos pela TR (Art. 879)

A atualização monetária dos créditos trabalhistas será realizada por meio da Taxa Referencial (TR), índice que na última década ficou por sete vezes menor do que a inflação.

e) Limitação do Conteúdo das Súmulas dos Tribunais Superiores (Art. 8º)

Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo TST e pelos tribunais regionais não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei. **Isso significa que muitas Súmulas do TST, as quais historicamente consolidaram entendimentos jurisprudenciais, precisarão ser reeditadas**.

f) Acordo Extrajudicial

A reforma trabalhista legaliza o processo de homologação de acordo extrajudicial, o qual terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.

Com o Acordo, o trabalhador poderá dar quitação ao contrato de trabalho e perderá o direito de discutir outras questões decorrentes da relação de emprego.

# Debates jurídicos devem se acirrar

A aprovação da reforma trabalhista e a inversão da lógica protetiva pela negociação individual que, na verdade, busca legalizar a renúncia de direitos, trará novas discussões ao Judiciário e, muito provavelmente, um aumento das demandas e controvérsias envolvendo as relações de trabalho.

Conforme já referido, o conteúdo deste boletim abarca apenas uma parte da reforma, que já é suficiente para demonstrar que as alterações legislativas buscam revogar direitos consagrados, enfraquecer as representações sindicais e, talvez

o mais grave, impedir que o trabalhador acesse a Justiça no momento em que seus direitos forem desrespeitados.

Os debates estão ainda em fase inicial, e é fundamental que os trabalhadores conheçam o conteúdo das mudanças realizadas como forma de resistir a estas reformas que pretendem justificar e legitimar conceitos de exploração há muito superados.

Departamento Jurídico – Sinpro/RS

Com a reforma trabalhista, os grandes empresários querem retirar os sindicatos e a Justiça do Trabalho do caminho, colocando frente a frente para negociar forças desiguais.

## DE UM LADO, O EMPREGADOR.

De outro, o trabalhador e a ameaça do desemprego.

Para quem defende esse caminho, vamos responder com um Sindicato mais forte.



Sinpro/RS Av. João Pessoa, 919 - Porto Alegre/RS - 90.040-000

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

( ) Ausente  
( ) Endereço Insuficiente  
( ) Não existe o nº indicado  
( ) Falecido  
( ) Recusado  
( ) Desconhecido  
( ) Outros (Especificar)  
( ) Mudou-se

Visto: / /